

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de julho de 2021 às 08h02
Seleção de Notícias

Folha.com | BR

Propriedade Intelectual

Folha volta a publicar conteúdo no Facebook	3
--	----------

PODER

Jornal do Brasil Online | RJ

ABPI

Com timidez do setor privado, universidades lideram patentes no Brasil	7
---	----------

JORNAL DO BRASIL

Folha volta a publicar conteúdo no Facebook

PODER

São Paulo

A **Folha** volta a publicar seu conteúdo no Facebook nesta terça (6). A página do jornal, atualmente com 5,5 milhões de seguidores, não era atualizada desde 8 de fevereiro de 2018. Com a reativação, os leitores têm um novo caminho para chegar até o conteúdo da publicação.

À época da saída, a **Folha** anunciou que não mais postaria na rede social por considerar que a plataforma agia para diminuir a visibilidade do jornalismo profissional, permitindo que posts com notícias falsas proliferassem e se misturassem com informações sérias. Desde então, o Facebook adotou uma série de medidas em sentido contrário.

A empresa tem restringido a circulação de fake news e discurso de ódio, derrubando páginas e fornecendo alertas e informação adicional em postagens que contenham problemas factuais (leia mais na cronologia abaixo).

Uma das mais emblemáticas ações nesse sentido ocorreu no início de junho, quando a plataforma reviu o passe livre que havia concedido para políticos em suas publicações.

A mudança ocorreu por orientação de um grupo independente de especialistas criado pelo próprio Facebook há um ano o advogado especializado em direito digital Ronaldo Lemos, colunista da **Folha**, é um dos membros. Foi esse comitê, também, que recomendou manter a suspensão do ex-presidente americano Donald Trump, o que igualmente foi aceito.

No Brasil, em março de 2020, pela primeira vez o Facebook e o Instagram removeram post do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), alegando que ele violava as regras da comunidade.

Pouco depois, em julho do ano passado, foram der-

rubadas contas falsas ligadas à família Bolsonaro e ao gabinete da Presidência da República, pelo uso de perfis duplicados e afirmações fictícias. O motivo da remoção não foi conteúdo falso ou desinformação, mas o comportamento das contas algumas delas até operadas por pessoas reais, mas que criaram perfis fictícios para amplificar a distribuição de algo.

De 2017 a 2020, a rede informou ter apagado 714 perfis no Brasil por fazerem parte de operações de influência, coordenadas para manipular ou corromper o debate público visando a um objetivo estratégico.

O presidente-executivo do Facebook, Mark Zuckerberg, disse há um ano, na Alemanha, que 35 mil pessoas estão alocadas para revisar conteúdo online e implementar medidas de segurança.

Essas equipes e a tecnologia automatizada, com inteligência artificial, suspendem mais de 1 milhão de contas falsas por dia, segundo ele. De acordo com a rede, no primeiro trimestre de 2021, cerca de 1,3 bilhão de contas falsas foram removidas assim que criadas.

NEGÓCIOS

Também houve mudanças em relação ao modelo de negócios do jornalismo.

A empresa agora permite a adoção do chamado paywall (cobrança por conteúdo digital) no conteúdo publicado dentro do Instant Articles, ferramenta desenvolvida para carregamento rápido de textos de sites noticiosos.

Reportagens nessa versão otimizada tinham que ser obrigatoriamente abertas para qualquer leitor. Hoje, é possível fechá-las, exibindo o convite para a assinatura. A **Folha** foi pioneira no uso desse mecanismo no Brasil, tendo lançado seu paywall em 2012.

Continuação: Folha volta a publicar conteúdo no Facebook

Desde 2018, o Facebook adotou ainda medidas para proteção dos direitos de **propriedade** intelectual para conteúdo dos publishers e envolveu-se em programas de fomento ao jornalismo profissional.

A empresa afirma ter investido US\$ 600 milhões (R\$ 3 bilhões), desde então, em mecanismos de apoio à indústria de notícias e diz planejar alocar US\$ 1 bilhão (R\$ 5 bilhões) nos próximos três anos.

Um desses projetos é o brasileiro Comprova, financiado com apoio do Facebook Journalism Project. O consórcio de checagem de informações, do qual a **Folha** faz parte ao lado de outros veículos, está ativo desde as eleições gerais de 2018, tendo uma edição extra durante a pandemia.

No mundo, o Facebook já havia apoiado programas semelhantes, como o Cross-Check, um projeto colaborativo de verificação online de fake news antes da eleição presidencial francesa, em 2017, e o Verificado, no México.

Em 2020, justamente em meio ao agravamento da pandemia do novo coronavírus, o Facebook acelerou as medidas de controle de desinformação e ampliou a parceria de checagem. Começou, então, a remover conteúdo falso de saúde e antivacinas que violavam as regras de uso e poderiam causar danos reais às pessoas no mundo offline.

Segundo o Relatório de Notícias Digitais 2020 do Instituto Reuters, considerado o mais importante no mundo sobre tendências para o jornalismo e novas tecnologias, o Facebook (24%) e o WhatsApp (35%) são as principais plataformas de difusão de conteúdos falsos hoje no Brasil o levantamento deste ano, divulgado em junho, corrobora o dado. A equipe da pesquisa do ano passado ouviu 80 mil pessoas em 40 países.

Em resposta, a rede afirmou ter colocado marcações de notícias falsas em cerca de 50 milhões de postagens em todo o mundo. Direccionamos mais de 2 bi-

lhões de pessoas a recursos de autoridades de saúde por meio da Central de Informações sobre a Covid-19, disse o Facebook em nota.

A plataforma também citou a ajuda financeira a jornalistas e organizações para enfrentar a pandemia e o custeio de treinamentos de redações pelo ICFJ (sigla em inglês para Centro Internacional para Jornalistas), por exemplo.

A **Folha** foi um dos selecionados na América Latina ao todo, 44 projetos de veículos de 12 países da região receberam US\$ 2 milhões (R\$ 10,1 milhões) do programa Coronavirus Support. Iniciativas semelhantes ocorreram nos EUA, no Canadá, na Ásia e na África.

Outra medida de incentivo ao jornalismo profissional foi a criação do Facebook News, espaço exclusivo para o jornalismo na rede social. Lançada nos EUA, a ferramenta passou a ser usada neste ano também no Reino Unido e na Alemanha não há data prevista para o lançamento no Brasil.

Por fim, o anúncio mais recente da empresa americana, de maio passado, refere-se a mais controle sobre a propagação de desinformação.

Nos próximos meses, usuários serão informados por meio de novos formatos quando um perfil ou página estiver compartilhando notícias falsas repetidamente. A infração reiterada acarretará punições mais severas dos perfis, com redução do alcance e avisos, para novos seguidores, de que o perfil já propagou conteúdo falso.

Antes, só páginas e grupos eram penalizados pelo algoritmo. Com a mudança, um perfil poderá ser menos visto por seguidores e amigos.

A avaliação da veracidade das páginas, como já ocorre com os posts, continua a cargo de terceiros são 80 agências checadoras parceiras.

jan.2018

Continuação: Folha volta a publicar conteúdo no Facebook

O Facebook muda regras e prioriza a interação pessoal no feed de notícias; com isso, diminui o alcance de posts jornalísticos. "Você verá menos conteúdo público, como posts de empresas, marcas e veículos de comunicação. E o conteúdo público que você verá será daqueles posts que encorajarão interações significativas entre as pessoas", disse Mark Zuckerberg.

fev.2018

A Folha anuncia que deixa de atualizar sua página na rede

mar.2018

Explode o escândalo do acesso a dados pela Cambridge Analytica nas eleições dos EUA

abr.2018

O fundador do Facebook, Mark Zuckerberg, fala no Congresso dos EUA sobre violação de privacidade

O Facebook reduz o alcance de posts de perfis e páginas com interação inflada artificialmente no Brasil

mai.2018

Plataforma anuncia projeto de verificação de posts no Brasil por agências de checagem e canal para denunciar conteúdo falso

jul.18

Ocorrem os primeiros banimentos no Brasil por causa de comportamento inautêntico coordenado na rede

ago.2018

O Facebook passa a remover conteúdos falsos que possam causar danos às pessoas no mundo offline

out.2018

Surge o botão de contexto em posts de notícias, com informações sobre o veículo autor

set.2019

Facebook diz que não fará checagem em posts políticos, deixando-os com passe livre; programa de verificação com agências parceiras não permite a checagem de discurso político

out.2019

É lançado nos EUA o Facebook News; jornais americanos são remunerados

mar.2020

Facebook e Instagram removem vídeo de Bolsonaro pela primeira vez

jan.2020

O Facebook começa a remover conteúdos com falsas promessas de cura e teorias da conspiração sobre a Covid-19

abr.2020

Facebook e Instagram anunciam selos para a OMS em posts sobre tratamentos sem comprovação científica

maio.2020

Após quase dois anos da menção por Zuckerberg, Facebook anuncia integrantes de seu conselho independente

jul.2020

O Facebook remove contas falsas ligadas aos Bologninos e ao gabinete da Presidência por comportamento inautêntico

Continuação: Folha volta a publicar conteúdo no Facebook

ago.2020

Pela primeira vez, Facebook remove post de Donald Trump, então presidente dos EUA

Facebook torna obrigatório que posts impulsionados sobre temas políticos indiquem publicamente quem os pagou

out.2020

O Facebook remove post de Trump dizendo que a gripe comum matava mais que a Covid-19

Fica proibido, na rede, conteúdo que negue ou distorça o holocausto

dez.2020

O Facebook anuncia o lançamento do Facebook News no Reino Unido, com pagamento aos veículos de imprensa

jan.2021

O Facebook e o Instagram anunciam a suspensão de Trump por tempo indeterminado

fev.2021

O Facebook restringe posts de veículos de imprensa na Austrália enquanto o país debate com high techs

remuneração para produtores de jornalismo

mai.2021

O conselho independente do Facebook mantém a suspensão de Trump, mas pede um prazo para a duração da medida

Rede anuncia penalidades mais duras contra pessoas que compartilham desinformação com frequência

O Facebook informa sobre pagamento de veículos de notícias em projeto no Canadá

jun.2021

Rede mantém suspensão de Trump até 2023 e anuncia novos protocolos de penalidade para contas envolvidas em violações de política severas, como as do ex-presidente dos EUA, ou seja, políticos e figuras públicas

jul.2021

Após três anos, a Folha volta a atualizar sua página no Facebook

Com timidez do setor privado, universidades lideram patentes no Brasil



UFMG montou laboratório para avaliar danos da tragédia de BrumadinhoCredit...Divulgação/UFMG

No mês passado, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) recebeu um novo prêmio por seus números de **patentes** depositadas. Os méritos da instituição de ensino e pesquisa, frequentemente reconhecidos em rankings relacionados à inovação, chamou atenção dessa vez da Clarivate Analytics, uma empresa americana dedicada a análises sobre pesquisa científica e **propriedade** intelectual em todo o mundo. A honraria foi entregue com base em um levantamento que destacou a universidade brasileira que registrou o maior número de **patentes** no **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**Inpi**) entre 2010 e 2019.

Os dados de pedidos de depósitos de **patentes** de invenções feitos por residentes no Brasil revelam uma realidade que possibilita leituras por ângulos dis-

tintos. De um lado, o protagonismo das universidades públicas dão sinais claros da excelência científica de seus pesquisadores. De outro, a baixa participação do setor privado levanta preocupações sobre o futuro da inovação no país. Mais matérias do jornal:

"Considero uma discrepância. A gente não tem um parque industrial tecnologicamente bem desenvolvido no país, como já poderíamos ter. Esse papel de pesquisa e desenvolvimento tecnológico acaba muito ocupado pela universidade. É diferente dos Estados Unidos e da Europa, onde as indústrias investem fortemente em desenvolvimento tecnológico", diz Alexandre Dantas, assistente técnico da Diretoria de Patentes do **INPI**.

Vinculado ao Ministério da Economia, o **Inpi** é responsável pelo registro e **concessão** de patentes no Brasil. Um recorte mais recente, com base nos dados do órgão consolidados entre 2014 e 2019, revela que 19 dos 25 maiores depositantes de **patentes** residentes no país são universidades públicas. A UFMG lidera também nesse período, seguida de perto pelas duas principais instituições paulistas de ensino superior: a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade de São Paulo (USP).

A lista de depositantes residentes abrange todos aqueles que possuem sede do país. Portanto, estão incluídas empresas multinacionais que possuem unidades em solo brasileiro. Mas nenhum delas ocupa as primeiras posições. No grupo dos seis primeiros, estão ainda a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Petrobras e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que começou a apresentar números robustos a partir de 2017. Por essa ascensão, a instituição também foi lembrada pela Clarivate Analytics na mesma premiação que consagrou a UFMG. A empresa concedeu à UFCG uma menção honrosa em razão do crescimento recente.

Continuação: Com timidez do setor privado, universidades lideram patentes no Brasil

Como a Petrobras é uma estatal, o setor privado começa a aparecer na lista dos maiores depositantes de **patentes** no país apenas a partir da sétima posição com a Whirlpool, fabricante de eletrodomésticos. No entanto, os números da empresa registraram uma considerável queda em 2018 e 2019. Apenas mais três empresas aparecem entre as 25 maiores depositantes **patentes** no Brasil entre 2014 e 2019: CNH Industrial, Bosch e Vale. Há também duas entidades privadas sem fins lucrativos: o Instituto de Tecnologia e Pesquisa (ITP) e o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD). Ampliando o levantamento para os 40 primeiros, figuram outras empresas como Natura, Random e Embraer.

Esse cenário dominado pelas universidades se formou em pouco mais de uma década. Um levantamento disponível no site da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) mostra que, de 2000 a 2005, apenas quatro figuravam entre os 15 depositantes residentes com as melhores médias anuais. No período entre 2013 e 2017, elas já eram 11 dos 15.

O número de patentes pedidos por residentes no Brasil estavam numa crescente entre 2015 e 2017, caiu em 2018 e voltou a subir no ano seguinte. Em 2019, foram totalizados 5.465. Eles estão bem distribuídos pelos principais campos tecnológicos: farmacêutica, medicina, química, **biotecnologia**, transporte, máquinas especiais, engenharia civil, engenharia elétrica e eletrônica e comunicação digital.

Além dos 5.465 depósitos de patentes que foram solicitados por instituições e empresas com sede no país, outros 19.931 pedidos vieram de instituições e empresas estrangeiras que não desenvolvem atividades no Brasil. Significa que apenas 21,5% do total de pedidos foram apresentados por residentes. O índice é considerado baixo por Alexandre Dantas.

"Nesse período de pandemia, também houve um decréscimo. Em média, são cerca de 30 mil pedidos de

depósitos por ano. E isso é bem abaixo do que registram países como Estados Unidos, China, Japão e Coreia, que são países de base tecnológica", acrescenta o assistente técnico do **INPI**.

O Brasil aparece apenas no 62º lugar entre 131 economias na última edição do Índice de Inovação Global. O país é superado por todas as nações do Brics, bloco formado por economias emergente, que inclui Rússia, Índia, China e África do Sul, além do Brasil. Por outro lado, o Brasil ocupa o 28º lugar no ranking de qualidade de seus pesquisadores e é o 24º na produção de artigos e pesquisas citáveis, o que indica um potencial científico.

O relatório foi publicado em setembro de 2020 pela **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), entidade vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU). O documento traz um capítulo sobre o Brasil assinado pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade. "É necessário fornecer alguma previsibilidade para a disponibilidade de fontes de financiamento", escreveu.

Segundo Andrade, os riscos associados a projetos de inovação são maiores do que para outros projetos de investimentos. No Brasil, eles se elevariam ainda mais em função de incertezas macroeconômicas e sociais. Ele cita, como um dos exemplos, as variações bruscas no orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). "O sistema bancário tende a ser menos propenso a financiar projetos de inovação. Além disso, os bancos muitas vezes exigem garantias difíceis de encontrar para novas empresas inovadoras", acrescenta.

Mesmo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) direciona a maior parte do crédito para investimentos em infraestrutura e expansão da capacidade produtiva das empresas. Andrade aponta que o volume destinado à inovação nunca representou mais de 4% ou 5% do total disponibilizado pela instituição financeira.

Continuação: Com timidez do setor privado, universidades lideram patentes no Brasil

Ele defende mais políticas públicas que assegurem crédito para empresas inovadoras e também maior investimento público na compra de tecnologias capazes de estimular o desenvolvimento de outras tecnologias. Outros problemas que ele elenca envolvem as dificuldades dos investidores diferenciarem bons projetos de inovação e a quase ausência de fundos de capital de risco no país, cuja função é canalizar grandes somas de dinheiro em direção a novos negócios de alto risco e alta rentabilidade.

Parcerias

Após a entrega do prêmio pela Clarivate Analytics, a reitora da UFMG Sandra Regina Goulart Almeida declarou ao site da própria instituição que a patente é um indicador da excelência científica. "De um lado, comprova nossa capacidade de produzir conhecimento original e inovador e, de outro, a nossa competência para protegê-lo".

Produzir conhecimento original e protegê-lo é parte do processo de inovação, mas o caminho não se encerra aí. O próximo desafio é fazer a **patente** chegar ao mercado. Como a universidade não é uma indústria, ela depende de parcerias que são formalizadas através de contratos de transferência e licenciamento de tecnologia. Além disso, em alguns casos, é preciso obter aval de órgãos de controle.

"Ter uma patente não é garantia de comercialização de produto. Ela garante o direito de exploração, impedindo terceiros de explorar sem a sua autorização. Mas para você poder comercializar o produto é preciso observar a legislação. Na indústria farmacêutica, por exemplo, você precisará de autorização da **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária, a **Anvisa**. Então ter patente sobre um medicamento não é o mesmo que ter autorização para comercializá-lo. A patente não dá nenhuma garantia de que ele se tornará um produto nas prateleiras das farmácias", explica Alexandre.

Diferente dos pedidos de depósito de **patentes**, as informações sobre os processos de **transferência** de tecnologia não estão disponíveis ao público. Os contratos são celebrados entre empresas e universidades e nem sempre o **INPI** precisa ser comunicado. No entanto, a Lei Federal 10.973/2004, conhecida como **Lei** de Inovação Tecnológica, estabelece que as instituições precisam prestar contas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC). Algumas instituições com melhor estrutura conseguem organizar e disponibilizar seus dados. A Unicamp, por exemplo, contabilizou 48 contratos de licenciamento para **transferência** de tecnologia em 2020.

Embora o Índice de Inovação Global aponte que o Brasil ainda não possui uma cultura sólida de **transferência** de tecnologia e parcerias de longo prazo, há exemplos bem sucedidos. Na premiação da Clarivate Analytics, a Petrobras também foi agraciada. A estatal recebeu o prêmio Inovação Empresas em razão da sua expressiva colaboração com universidades. Um de seus principais parceiros é o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), com o qual firmou um primeiro convênio em 1977. Ao longo dos anos, essa colaboração possibilitou inovações para plataformas de petróleo, o desenvolvimento de tecnologias de engenharia e de sistemas de informação e a construção de novas instalações como o Centro de Excelência em Geoquímica (Cegec) e o Laboratório de Tecnologia Oceânica (LabOceano).

Se as parcerias podem contribuir para o desenvolvimento das empresas, também contribui para financiar novas pesquisas e o ensino universitário. Os 48 contratos firmados pela Unicamp em 2020 renderam R\$ 1,9 milhão em ganhos econômicos, sendo o maior valor já contabilizado pela instituição. "Estes recursos são divididos em três: um terço vai para os inventores da tecnologia, um terço vai para a unidade de origem da tecnologia e um terço vai para a reitoria. Atualmente, a reitoria direciona este recurso

Continuação: Com timidez do setor privado, universidades lideram patentes no Brasil

para a Inova de maneira a retroalimentarmos as atividades de fortalecimento dos laços universidade-empresa", informa a Agência de Inovação Inova Unicamp.

Pandemia

Em meio à pandemia de covid-19, o mundo iniciou uma corrida pela inovação. Na busca por entender o novo coronavírus e criar mecanismos para enfrentá-lo, incentivos surgiram de todos os lados. No Brasil não foi diferente. Ainda que com bem menos recursos do que movimentam os países mais desenvolvidos, instituições científicas buscaram articulações com governos locais e mesmo no setor privado para encontrar soluções.

Nesse contexto, a própria UFMG foi premiada em outubro do ano passado pela Associação Brasileira da **Propriedade** Intelectual (**ABPI**). Um modelo de sonda que propicia mais eficiência ao processo de aspiração de secreções em pacientes internados foi escolhido como **Patente** do Ano, em uma seleção que privilegiou inovações que poderiam contribuir para o enfrentamento à pandemia de covid-19. A instituição costura agora parcerias com hospitais e empresas para fazer a tecnologia chegar à sociedade.

"Nossa pesquisa está sempre preocupada em resolver algum problema da sociedade", afirma o químico e pesquisador Rubén Dario Sinisterra, que ocupou a função de Diretor da Coordenadoria de Transferência e **Inovação** Tecnológica (CTIT) da UFMG entre 2006 e 2010. O Departamento de Química da instituição conseguiu concluir o ciclo da pesquisa à **transferência** de tecnologia três vezes. Segundo conta Rubén, duas delas são desdobramentos de estudos sobre sistemas de liberação controlada, que permitem a elaboração de medicamentos, como comprimidos e cápsulas, em que o fármaco é absorvido pelo organismo de forma gradual.

A última **transferência** de tecnologia, em meio à

pandemia de covid-19, decorreu de uma demanda direta apresentada por uma empresária do estado São Paulo da indústria têxtil. Havia uma substância cuja **patente** tinha sido depositada pela UFMG há cerca de 15 anos. Desenvolvida em parceria entre o Departamento de Química e a Faculdade de Odontologia, suas qualidades antimicrobianas eram comprovadas em testes com enxaguantes bucais em pacientes. A empresária, no entanto, buscava uma formulação capaz de combater o coronavírus em superfícies.

"Disse a ela: nunca testamos contra vírus, mas acredito que possa ser antiviral", diz Rubén. Ele não imaginava, contudo, que poderia funcionar tão bem contra a covid-19. A substância, batizada da Nanoativ, mostrou no ano passado capacidade para proteger grandes ambientes por até 28 dias. Em oito meses, a empresa Erhena já buscava parceria para desenvolver os produtos: junto à Adelbras, foi criada uma fita adesiva com o Nanoativ e foram feitos testes bem sucedidos no aeroporto de Viracopos, em Campinas. Ela foi afixada em balcões de atendimento, maçanetas de portas, braços de poltronas de espera e corrimões de escadas, entre outras superfícies.

A fita adesiva já está sendo comercializada inclusive nos Estados Unidos. Agora estão sendo planejados novos produtos como um creme que deverá proteger as mãos por oito horas, um spray para aplicar em tecidos e sobre superfícies e um polímero plástico para embalar alimentos. "Em algum momento, um carregamento de frango brasileiro foi confiscado lá na China porque foi encontrado coronavírus na superfície das embalagens", lembra Rubén,

Processo demorado

A velocidade com que as coisas aconteceram com o Nanoativ é exceção. A **transferência** de tecnologia geralmente é um processo demorado e que muitas vezes desacelera por falta de recursos. Segundo Rubén, o setor privado pode ajudar, mas o Estado tem um papel fundamental. Ele diz acreditar que a situação vi-

Continuação: Com timidez do setor privado, universidades lideram patentes no Brasil

vida pelo Brasil, onde a participação das empresas ainda é tímida, é parte de um contexto de desenvolvimento.

"Isso também ocorreu nos Estados Unidos. É típico de um processo que ainda não se consolidou. Falamos que é um processo imaturo. Precisamos capacitar e formar pessoas até na academia para poder depositar mais patentes. Temos empresas capazes também, mas falta uma orientação política que mostre que a inovação é central. Eu estudei nos Estados Unidos, vi como acontece lá e acredito no talento brasileiro".

Rubén realizou seu pós-doutorado no Massachusetts Institute of Technology (MIT), em Boston. Segundo ele, as políticas públicas tornam a inovação em de-

terminadas áreas como um projeto estratégico. "Mesmo lá, sendo uma universidade privada e tendo uma interação muito forte com empresas, a maior parte dos recursos para pesquisa vem do Estado americano". Ele cita o caso dos fármacos, onde os estudos clínicos são caros e muitas vezes dependem do apoio dos governos, a exemplo do que ocorreu com as vacinas contra a covid-19. Somente a farmacêutica Moderna recebeu, no ano passado, quase US\$1 bilhão do governo dos Estados Unidos para realizar os testes com seu imunizante. (com Agência Brasil)

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 7

ABPI
7

Inovação
7

Marco regulatório | INPI
7

Marco regulatório | Anvisa
7

Patentes
7

Propriedade Industrial
7

Entidades
7